

Necessidades educacionais especiais: visões da rede pública em município nordestino

*Jamira de Paiva Silva Oliveira*¹

*Elenice Monte Alvarenga*²

Resumo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define a educação especial como modalidade de educação escolar a ser oferecida na rede regular de ensino. Neste trabalho, objetivou-se verificar a ocorrência de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) no município de Porto-PI e avaliar as estratégias de atenção dispensadas aos mesmos em escolas da rede pública de ensino. Além disso, buscou-se associá-las à percepção que os próprios agentes escolares têm sobre sua atuação neste processo educativo, a qualificação exigida para tal, bem como às dificuldades enfrentadas em seu exercício. Os resultados demonstram que, de modo geral, as escolas não possuem aparelhamento, nem infraestrutura totalmente adequados ao recebimento deste alunado. Além disso, não se demonstra, por parte dos agentes envolvidos, a aplicação rotineira de estratégias específicas de ensino dirigidas a alunos com NEE, nem tampouco a existência de ações de capacitação frequentes que lhes permitam o desenvolvimento de habilidades para a aplicação de tais estratégias. Assim, é possível ver-se refletida neste exemplo, a realidade nacional de desamparo no atendimento de estudantes com NEE na rede pública de ensino.

Palavras-chave. Educação especial. Rede pública. Porto-PI.

1 Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996 (BRASIL, 1996), elenca em seu capítulo quinto a definição de Educação Especial. Esta é definida como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais. Esta lei propaga em seu conteúdo alguns avanços expressivos, tais como a extensão da oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos, a ideia de progresso da qualidade dos serviços educacionais para os alunos e a necessidade de preparação e capacitação dos

¹ Bióloga, formada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: jamiraeph@hotmail.com.

² Mestre em Biologia Celular e Estrutural. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Biotecnologia (RENORBIO) Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). E-mail: elenice_ma@hotmail.com.

professores, com recursos adaptados de forma a envolver e compreender a diversidade dos alunos. Assim, prevê-se o desenvolvimento de estratégias que objetivem garantir a construção de um processo educativo inclusivo que comungue da participação de agentes da esfera pública, mas, principalmente, daqueles que atuam de modo mais direto e, portanto, contribuem de modo mais efetivo para o sucesso do processo de educação inclusiva, como os gestores das unidades escolares (MARINS; MATSUKURA, 2009).

Ainda no sentido de garantir a inclusão dos indivíduos com necessidades especiais, o Parecer 017/2001 do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. De acordo com o documento, são previstos como direitos de crianças, jovens e adultos a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo e nas relações sociais (BRASIL, 2001; MAZZOTA, 2001).

Segundo o Ministério da Educação (MEC) são caracterizados como estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) aqueles que apresentem alguma dificuldade de aprendizagem associada à disrupções de ordem mental, física, intelectual e/ou sensorial e também deficiências múltiplas, desde que o empecilho à aprendizagem se configure como sendo de longo prazo e limite sua atuação no ambiente escolar e no convívio social, em associação a outras dificuldades. Assim, pode-se incluir nesse grupo desde estudantes com dificuldades de aprendizagem até aqueles que apresentem alguma deficiência física, mental ou sensorial, passando-se, ainda, por problemas de ordem comportamental e até mesmo deficiências múltiplas. Além disso, incluem-se também, os estudantes com altas habilidades (superdotação), bem como aqueles com transtornos invasivos do desenvolvimento (autismo) e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), ou ainda, outras condutas atípicas ou portadores de altas habilidades. Desse modo, conclui-se que o aluno com NEE não é somente aquele que apresenta alguma deficiência, mas também aquele que demonstre certa dotação ou habilidade acima da média, de modo que sua capacidade intelectual venha a exigir atendimento educacional especializado (FERNANDES; VIANA, 2009).

Tendo em vista isso, podem-se observar no contexto histórico da educação

especial no Brasil, pelo menos, três atitudes sociais bem demarcadas, no que se refere aos processos de condução das práticas educativas em turmas com estudantes que apresentam NEE. A primeira atitude a ser destacada é a marginalização destes estudantes, caracterizada por descrédito na possibilidade de acompanhamento das atividades e/ou práticas educativas por estudantes com NEE, o que induziu, por longo período na história recente do país, a omissão no que se refere ao desenvolvimento de políticas de educação voltadas a estes estudantes. Nesse contexto, surge a atitude assistencialista que, bastante associada aos conceitos de filantropia, paternalismo e humanitarismo, credita ao estudante com NEE certa incapacidade no desempenho de suas atividades escolares. Atualmente, nota-se a ocorrência da atitude voltada para a educação e reabilitação destes estudantes com NEE, tendo em vista o surgimento de movimentos organizados que tendem a induzir uma maior valorização destas pessoas no contexto escolar (MAZZOTA, 2001; MARTINS; LEITE, 2014).

Quanto à atitude assistencialista, pressupõe-se que

[...] quando uma criança fracassa na escola, é nela, criança, que residem os entraves do êxito escolar. Nesse sentido, a sociedade, entendida como o conjunto de instituições, e os membros ditos "normais" que a compõem, são sempre considerados como sendo, a priori, ajustados, adaptados, eficientes e o deficiente é o elemento que destoa, não correspondendo às suas normas e que, em função dessa dissonância precisa ser cuidado, re-educado, readaptado, reabilitado para se inserir no contexto em que vive (MANTOAN, 1994).

Esse processo gradativo de mudança de atitudes quanto ao atendimento dispensado a estudantes com NEE remonta à Escandinávia e ao chamado princípio de normalização. Segundo este princípio, pessoas com NEE também possuem o direito de usufruir das mais diversas noções de normalidade no contexto de suas vidas. Assim, desde o seu início, o processo de inclusão de estudantes com NEE prevê, não a normalização da vida desses estudantes segundo padrões pré-estabelecidos, mas fornecer ao estudante com NEE oportunidades de sentir-se incluído, integrante de um grupo social específico, participando de ações com finalidades específicas, com garantia de seus direitos de ser diferente e de conviver com suas diferenças em sociedade. Desse modo, a inclusão deve ir além do simples processo de inserção destes estudantes com

NEE em salas de aula regulares (ENUMO, 2005).

Nos últimos anos, a Educação Especial tem apresentado um crescente desenvolvimento em relação à teoria e seus aspectos metodológicos, além de receber contribuição perceptível do meio tecnológico. Contudo esses avanços, frequentemente, ainda não condizem com uma realidade idealizada de práticas amplamente difundidas nos sistemas público e privado de ensino, em que o portador de deficiências parece ainda não estar recebendo atendimento compatível com suas potencialidades e necessidades. Tendo em vista que o princípio fundamental que norteia os processos de educação especial é a inclusão, a recepção dos alunos com NEE no ensino regular apresenta-se como fenômeno complexo, que vai muito além de mantê-los em salas de aula regulares. Neste sentido, um processo de educação inclusiva tem sido reafirmado como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, envolvendo os alunos portadores e não portadores de NEE da mesma maneira (ZANZINI, 2007).

Assim, neste trabalho objetivou-se verificar a presença de estudantes com NEE no município de Porto-PI e avaliar a atenção dispensada aos mesmos em escolas da rede pública de ensino neste município, verificando-se *in loco* a eventual existência e aplicabilidade prática das medidas inclusivas previstas na legislação. Além disso, buscou-se associar a ocorrência de tais medidas inclusivas à percepção que os próprios agentes escolares têm sobre sua atuação no processo educativo desses estudantes, sobre seu processo de qualificação para o exercício das medidas inclusivas e também, sobre as dificuldades enfrentadas na condução de tais práticas, imprescindíveis à promoção e efetivação da educação especial e inclusiva.

2 Metodologia

O município de Porto-PI encontra-se localizado a 190 Km da capital, Teresina-PI, e apresenta aproximadamente 11.897 habitantes (IBGE, 2010). Conta, ainda, com 31 escolas, sendo duas delas pertencentes à rede estadual de ensino, e outras 29 escolas pertencentes à rede municipal, perfazendo um total aproximado de 5.200 alunos nos diversos níveis de educação básica.

O presente estudo foi realizado durante o segundo semestre de 2015 nas duas escolas estaduais existentes no município e em quatro escolas municipais localizadas apenas na zona urbana do município. Assim, foi realizado levantamento de dados com a utilização de questionário estruturado aplicado a cinco representantes docentes de cada instituição de ensino, totalizando, portanto, trinta participantes do estudo. Além disso, foram realizados observações e registros, inclusive fotográficos, de modo a se refletir a infraestrutura física existente nas escolas públicas e a postura e métodos de professores em salas de aula no ensino regular em relação aos estudantes com NEE. Ademais, realizou-se a averiguação da existência e formas de utilização das salas adaptadas ao atendimento especializado destinado a estes estudantes com NEE.

A análise dos dados obtidos com a aplicação dos questionários foi realizada por meio da tabulação e análise das frequências de respostas com o uso do software Microsoft Excel®.

3 Resultados

Tendo em vista os resultados obtidos com a aplicação dos questionários a representantes de escolas da rede pública no município de Porto-PI, a Tabela 1 apresenta o cenário atual quanto à presença de estudantes portadores de alguma NEE matriculados em escolas da zona urbana deste município. Outras modalidades de NEE, como estudantes portadores de altas habilidades não se encontram descritas na tabela, pois não foram observadas.

Tabela 1: Frequência de estudantes com NEE matriculados em escolas da rede pública de ensino na zona urbana do município de Porto-PI.

Necessidade Educacional Especial	Frequência (%)
Deficiência psíquica/comportamental	76
Baixa visão	52
Baixa audição	36
Autismo	32
Deficiência física/motora	28
Síndrome de Down	8

Fonte: autoria própria (fevereiro, 2016).

Assim, é possível perceber, entre outras condições em destaque, a alta prevalência de estudantes com deficiência psíquica/comportamental, bem como de estudantes com diagnóstico de autismo nas escolas públicas regulares participantes deste estudo, além da relativa baixa ocorrência de portadores da Síndrome de Down matriculados.

Os resultados deste trabalho demonstram ainda, que, embora 88% dos representantes das instituições de ensino visitadas apoiem o processo de inclusão de alunos com NEE em salas de aula regulares, conforme indicam resultados obtidos com a aplicação dos questionários e sumarizados na Tabela 2, pelo menos 12% é contra tal processo de inclusão e 64% deles acredita que tais estudantes não estejam, de fato, incluídos nos processos educativos aplicados na escola regular, ainda que dividam o mesmo espaço de salas de aula regulares com estudantes que não apresentam qualquer NEE. No que se refere à contrariedade de alguns participantes do estudo ao processo de inclusão de estudantes com NEE, nota-se, por parte destes profissionais, uma postura de descrédito frente à capacidade de aprendizado destes estudantes junto aos demais.

Tabela 2: Opinião dos representantes das instituições de ensino frente às condições de inclusão de estudantes com NEE em escolas da rede pública de ensino na zona urbana do município de Porto-PI.

Aspecto questionado	Opinião	
	Sim (%)	Não (%)
Profissionais apoiam a inclusão?	88	12
Crê que estudantes estão, de fato, incluídos?	36	64
Escola está preparada para receber estudantes com NEE?	8	92
Práticas pedagógicas são, de fato, adequadas aos estudantes com NEE?	8	92
Possui formação específica para atuação junto a estudantes com NEE?	8	92
Gestão promove ações de formação continuada nesta área?	0	100
Gestão dispõe de recursos financeiros para ações de formação continuada?	56	44

Fonte: autoria própria (fevereiro, 2016).

Ainda conforme resultados mostrados na Tabela 2, 92% destes representantes das instituições de ensino visitadas também acreditam que a escola pública regular não esteja adequadamente preparada para atender com qualidade aos estudantes que

apresentem alguma NEE, principalmente, no que se refere a aspectos relativos à infraestrutura e aparelhamento. Quanto à sua própria atuação e contribuição ao processo de inclusão de estudantes com NEE, 92% dos representantes das instituições visitadas admitem que sua prática pedagógica atual, da maneira como é instruída e realizada, não permite o atendimento completo e irrestrito às necessidades de aprendizagem de estudantes com NEE. Isto pode ser, em parte, creditado ao fato destes profissionais, especialmente professores, em sua maioria (92%), não disporem de formação e/ou capacitação específicas voltadas ao processo de inclusão escolar como um todo, bem como ao manejo de ações e práticas pedagógicas inclusivas com estudantes que apresentem alguma NEE. Além disso, nenhum dos participantes do estudo apontou a ocorrência de ações de formação continuada promovidas pela gestão do espaço escolar, voltadas para o trato com estudantes portadores de alguma NEE, o que também evidencia a inadvertência dos gestores com a instituição de uma política séria de inclusão no ambiente escolar.

Segundo os participantes do estudo, esta atuação carente da gestão escolar quanto à promoção de estratégias de inclusão de estudantes com NEE não é devida à ausência de recursos para tal finalidade, pois cerca de 56% dos participantes acreditam que a escola disponha de recursos informacionais e/ou financeiros para a melhoria do aprendizado e a conseqüente inserção destes alunos no ensino regular (Tabela 2). Tendo em vista tal realidade, foram apontados pelos participantes do estudo diversos fatores que poderiam, então, segundo sua visão, contribuir com a melhoria do processo de inclusão de estudantes que apresentem alguma NEE (Tabela 3).

Tabela 3: Frequência de indicação dos fatores que poderiam otimizar a inclusão dos alunos com NEE nas escolas da rede pública da zona urbana de Porto-PI.

Fator de melhoria na inclusão	Frequência (%)
Professores capacitados	100
Salas especializadas para atendimento individual	92
Materiais e equipamentos adequados	88
Material didático adaptado	80

Fonte: autoria própria (fevereiro, 2016).

Assim, entre os principais fatores apontados pelos participantes do estudo como potenciais estimuladores da melhoria na qualidade dos processos de transmissão de conhecimentos e inclusão na educação especial, encontra-se a capacitação de professores e, não menos relevante, a existência de infraestrutura e materiais adequados. Ao apontarem como sendo de suma importância a existência de salas especializadas para atendimento individual, esbarra-se na dificuldade real existente sobre agentes escolares capacitados e disponíveis para a realização de tal atendimento individualizado. Isto porque, é de conhecimento amplo o fato de haver carência de servidores em escolas da rede pública, principalmente com alguma formação específica para o atendimento especializado a estudantes portadores de NEE, conforme já apontado anteriormente.

Ainda no que se refere às dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação no trato com estudantes que apresentem alguma NEE, nota-se que nas escolas da rede pública do município de Porto-PI, as atividades com maior dificuldade de realização na rotina escolar são aquelas que, em alguma instância, dependam da comunicação direta entre professor e aluno, conforme mostra a Tabela 4, em que a realização de exercícios de fixação, avaliações e a própria aula expositiva apresentam alta frequência de indicação pelos participantes do estudo.

Tabela 4. Principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação das escolas da rede pública de ensino de Porto-PI na rotina com estudantes portadores de NEE.

Dificuldades	Frequência (%)
Realização de atividades/exercícios	84
Realização de aula expositiva	68
Realização de avaliações	64
Diálogo professor x aluno	64

Fonte: autoria própria (fevereiro, 2016).

É válido ainda ressaltar que 84% dos participantes do estudo apontaram não realizar qualquer processo de avaliação diferenciada com alunos que apresentam NEE, conforme se demonstra na Tabela 5. Ainda sobre o currículo escolar, cerca de 50% dos participantes do estudo mencionaram não ocorrer nos ambientes escolares em que atuam a promoção de eventos e/ou projetos que abordem a temática sobre valores e respeito à diversidade, com o conseqüente desenvolvimento de ações de conscientização

sobre a salutar convivência entre estudantes com NEE e os demais estudantes.

Novamente, sobre a existência de atendimento especializado, 80% dos participantes (Tabela 5) mencionaram não haver, nestes espaços escolares do município de Porto-PI, outros profissionais especializados (fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos etc.) para o atendimento, mesmo que esporádico, de estudantes com NEE.

Quanto ao processo de aproximação da escola e de seus profissionais em relação à comunidade, 60% dos participantes do estudo (Tabela 5) apontaram não existir a manutenção de um vínculo mais próximo e frequente da escola com os pais dos estudantes com alguma NEE, nem para fins de reporte das ações de inclusão realizadas no ambiente escolar, nem tampouco para o acompanhamento do estudante em outros momentos de sua vida diária. Assim, tais resultados tornam flagrante a fragilidade dos processos de inclusão escolar destes estudantes, que, frequentemente, deve prever também a participação familiar neste processo.

Tabela 5. Opinião dos representantes das instituições de ensino frente às condições de inclusão de estudantes com NEE em escolas da rede pública de ensino na zona urbana do município de Porto-PI.

Aspecto questionado	Opinião	
	Sim (%)	Não (%)
Há um processo de avaliação diferenciado aos estudantes com NEE?	16	84
Realizam-se eventos, projetos ou outras atividades relacionadas à temática?	50	50
Há outros profissionais especializados para o trato com estudantes com NEE?	20	80
Há vínculo bem estabelecido entre a escola e a família de estudantes com NEE?	40	60

Fonte: autoria própria (fevereiro, 2016).

De posse dos registros fotográficos das visitas realizadas aos ambientes escolares foi possível evidenciar a realidade de ausência de infraestrutura física para o recebimento de estudantes com NEE apontada pelos participantes do estudo. É flagrante a infraestrutura precária existente nos espaços supostamente especializados para o atendimento de estudantes com NEE nas escolas visitadas. É visível a generalidade dos espaços, em que, apenas durante alguns momentos da rotina escolar os estudantes com NEE desenvolvem tarefas específicas sem qualquer acompanhamento individualizado. Também notou-se, o flagrante processo de exclusão educativa destes estudantes, mesmo

que, durante a maior parte do tempo da rotina escolar estejam incluídos em um mesmo espaço que os estudantes não portadores de NEE. Destaca-se isto porque, a presença de estudantes com NEE em uma mesma sala de aula que estudantes sem NEE não configura o processo de inclusão educativa dos primeiros, mas apenas sua inclusão física no mesmo espaço educativo. Assim, sem processos de acompanhamento do desenvolvimento escolar e sem mecanismos específicos de avaliação da aprendizagem, o processo de inclusão de fato não está ocorrendo.

A despeito de todas estas dificuldades observadas nestes espaços educativos foi possível também perceber o processo de desenvolvimento de alguns estudantes com NEE, que apresentam habilidades específicas, principalmente para as Artes. No caso específico de um aluno com diagnóstico de autismo, o trabalho realizado por alguns professores em uma das unidades escolares visitadas tem servido como propulsor para o seu desenvolvimento e sua habilidade de expressão artística, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1. Desenhos e esculturas produzidas por estudante de 10 anos, matriculado no ensino fundamental I, que apresenta diagnóstico de autismo. Sua atuação na escola visitada limita-se à produção de tais obras



Fonte: Obras: autoria de E.S.M. (janeiro a outubro de 2015).

4 Discussão

É sabido que a oferta de educação especial é dever constitucional do Estado, devendo o mesmo garantir o atendimento educacional especializado aos alunos que apresentem NEE, preferencialmente na rede regular de ensino. De acordo com a LDB, são também previstos currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização didática específicos para sua aplicação no contexto escolar, de modo a se prover os alunos que apresentam NEE do atendimento adequado para as suas especificidades. Isto porque, em um mesmo ambiente escolar pode-se ter a ocorrência de alunos e/ou grupos de alunos com necessidades diversas. Tendo em vista a multiplicidade de necessidades apresentadas por estes alunos e a convivência dos mesmos em um ambiente comum em relação aos alunos que não apresentam qualquer NEE, é preciso se investir na capacitação de professores e demais agentes da educação, de modo a se garantir a inclusão desses alunos com NEE em classes comuns.

É evidente que há atualmente grande necessidade desta promoção de ações de capacitação de servidores da área educacional, principalmente professores, de modo a qualificá-los para o trato com estudantes portadores de NEE. Como ficou demonstrado em diversos momentos no decorrer da discussão aqui travada, a capacitação dos atores da prática pedagógica é fator preponderante para o sucesso do desempenho acadêmico de estudantes com NEE. Assim, é preciso investir nos processos de formação de professores, para que os mesmos se sintam, desde a universidade, confortáveis na prática pedagógica com estudantes que apresentem alguma NEE. Ocorre que, mesmos os docentes que atuam em cursos de formação de professores também não dispõem de formação adequada para tal abordagem, o que demonstra raízes cada vez mais profundas deste problema. Assim, é preciso que passemos a ver a universidade como espaço de valores e práticas relativos à educação inclusiva, que devem ser experienciados e absorvidos, o que, necessariamente, dependerá de ações e intervenções diretas com público, que apresente estes condicionantes e não apenas do processo de apropriação do conhecimento científico (VITALIANO, 2007).

Com isso, percebe-se como pungente a necessidade de capacitação, ainda na universidade, de modo a qualificar os profissionais da área pedagógica a receber

estudantes com NEE em algum momento de sua trajetória profissional. De um ponto de vista mais abrangente, o treinamento e/ou capacitação dos docentes deveria enfatizar questões voltadas para as próprias NEE e processos de aprendizagem deste alunado. Além disso, seria igualmente relevante a abordagem de aspectos relativos à melhoria da relação do indivíduo em sociedade, trabalhando, assim, sua adaptação e interação no ambiente escolar e fora dele. Para que isso ocorra, entretanto, cabe à escola, além da previsão de um programa de capacitação de agentes escolares, desenvolver também um Projeto Político Pedagógico que envolva estratégias de inserção destes alunos com NEE, contendo, principalmente, a previsão de material didático adaptado e a difusão de informações claras sobre este tipo de público, de modo a trazer esclarecimento e conhecimento sobre tal realidade, a todos os indivíduos envolvidos no processo educativo de estudantes com NEE (pais, demais alunos, funcionários da escola, comunidade etc.).

É também notável que a ausência de uma política funcional de inclusão destes alunos acarreta prejuízos ao seu desenvolvimento e ao processo de aprendizagem como um todo. Nesse sentido, torna-se fundamental a atuação de professores qualificados e de profissionais de outras áreas especializadas no ambiente escolar, de modo a se contemplar todos os aspectos da inclusão dos estudantes com NEE. Assim, cabe ao professor e demais agentes presentes na rotina diária da sala de aula a identificação de dificuldades de aprendizagem a serem contornadas, bem como o estabelecimento de estratégias adequadas ao seu progresso (FERNANDES; VIANA, 2009). Desse modo, enquanto profissional da educação, é preciso empenhar-se em um processo de expansão mental, de modo a se abarcar no contexto do ensino e na dimensão da aprendizagem todas as possíveis expressões do intelecto humano, como as obras de arte de estudantes com NEE aqui apresentadas.

Segundo a visão teórica daqueles que propõem as políticas públicas educacionais, gestores e comunidade escolar devem envolver-se com o desenvolvimento e a aplicação de projetos político pedagógicos que prevejam, sob o prisma da inclusão de estudantes com NEE, a valorização de seu desempenho acadêmico, sem a comparação direta com o desempenho de estudantes sem NEE. Assim, nestes projetos, deve-se prever a contemplação de toda a diversidade humana,

dispondo-se de recursos diversos que assegurem o completo processo de aprendizagem e o sucesso do desempenho acadêmico de estudantes com NEE. Finalmente, admite-se como sendo de responsabilidade de cada espaço educativo no Brasil a diagnose sobre sua própria realidade educacional, no que se refere às necessidades específicas de aprendizagem apresentadas por seus alunos e, conseqüentemente, primar pela implementação de estratégias que conduzam o processo educativo da melhor forma, de modo a garantir o acesso irrestrito de todos os públicos discente à uma educação de qualidade. Esta se mostra como uma necessidade urgente no cenário educacional brasileiro, pois o estabelecimento de políticas públicas de cunho mais geral, isto é, em âmbito nacional, esbarram em particularidades locais de ordem cultural e socioeconômica, que, por vezes, irão dificultar o pleno desenvolvimento das políticas e, portanto, o total atendimento às demandas existentes (MARINS; MATSUKURA, 2009; PLETSCHE, 2014).

Outro desafio premente no processo educativo dos alunos com NEE é a sua inclusão, com a completa inserção destes alunos no sistema regular de ensino. Este processo de inclusão é complexo e vai muito mais além da manutenção destes alunos em salas de aula regulares, visto que se necessita de acompanhamento adequado às NEE de cada aluno neste ambiente de ensino. Assim, é preciso pensar-se em novos métodos e práticas educativos que permitam exercer o processo de inclusão escolar destes alunos com NEE, unificando a educação regular e a educação especial. Ademais, é preciso buscar a dissociação entre a deficiência apresentada pelo aluno e a suposta conseqüente dificuldade de aprendizagem. Isto porque, fatalmente existirão alunos com dificuldades de aprendizagem que primariamente não apresentam qualquer NEE, ao passo em que a escola é que, eventualmente, contribuirá para o desenvolvimento desta NEE, quando não dispõe de recursos adequados ao desenvolvimento acadêmico deste perfil de aluno (FERNANDES; VIANA, 2009). Neste sentido, Mantoan (2004) defende que

Nunca é demais lembrar que aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. É a diversidade das adaptações que enriquece os nossos saberes na escola e que clareia o nosso entendimento - essa diversidade que deriva das formas singulares de nos adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo, a uma situação problema, a um novo tema de estudo. Ensinar, por

sua vez, é um ato coletivo e homogêneo, que o professor realiza, disponibilizando a todos um mesmo conhecimento.

Além disso, o processo de inclusão escolar de estudantes com NEE é complexo e apresenta entraves. Conforme observado neste trabalho, até mesmo alguns atores da prática pedagógica mostram-se contrários a tal processo de inclusão. Isso permite inferir que a barreira maior à inclusão de estudantes com NEE refere-se também à postura dos docentes ou mesmo dos colegas de classe, que, se não educados nesse sentido, tendem a isolar os estudantes com NEE. Assim, o processo de inclusão destes alunos deve ir além do aspecto físico e envolvê-los também no que se refere ao aspecto social e emocional, que tanto contribuem para o sucesso de seu desempenho acadêmico. Isto porque, é evidente que a interação diária entre estudantes com NEE e sem NEE contribui para o aprendizado de ambos os grupos de estudantes. Neste sentido, aos estudantes com NEE lhes será permitido vivenciar a rotina diária de pessoas da mesma faixa etária, levando-lhes ao aprendizado sobre a própria rotina no ambiente escolar, habilidades sociais e de comunicação. Aos estudantes sem NEE lhes será ofertado ambiente de convivência com estudantes com NEE, o que contribuirá para o desenvolvimento da tolerância e compreensão frente às diferenças individuais.

Assim, torna-se evidente que a promoção de políticas públicas educacionais objetivando-se a inclusão de estudantes com NEE não é o bastante para que as mesmas se concretizem, posto que, variáveis culturais e de ordem social podem interferir no processo, facilitando ou dificultando a totalidade dos processos de inclusão de estudantes com NEE no ensino regular formal. O desenvolvimento das habilidades sociais e de comunicação são imprescindíveis no processo de inclusão de estudantes com NEE, porque frequentemente os mesmos já se encontram em situação de alto risco para o desenvolvimento de problemas de natureza psicológica e/ou interacional com outros indivíduos, em razão de limitações próprias à sua NEE, que, muitas vezes, lhes cerceiam os processos de aprendizagem e de convivência. Tendo em vista isso, situações em que seja possível realizar diagnóstico da real situação envolvida pode ser útil, uma vez que irá direcionar melhor as estratégias de ensino e embasar as possibilidades de avaliação, que devem ser diferenciadas para o público que apresente alguma NEE (ENUMO, 2005).

Dentre as mais diversas, talvez a mais difícil estratégia de inclusão de estudantes com NEE resida no processo de avaliação, uma vez que avaliá-los exige uma ação abrangente que envolva diversos setores do ambiente escolar e também diversos atores. Assim, há que se prever um modelo mais específico de avaliação para esse público que, inclusive, preveja mecanismos de conversão da avaliação em instrumento de promoção do sucesso acadêmico de tais estudantes e não apenas método de confirmação de um processo já reconhecidamente falho e excludente de desenvolvimento escolar. O processo de avaliação de estudantes com NEE, assim como para os demais estudantes, deve ser pensado e desenvolvido durante todo o processo educativo. Dessa forma, atitudes que envolvam a própria modificação de modelos de aula, distribuição dos elementos presentes no espaço físico da sala de aula e a exploração máxima de recursos materiais e humanos presentes no próprio ambiente escolar pode contribuir sobremaneira para a ocorrência de um processo avaliatório mais produtivo (FERNANDES; VIANA, 2009).

Segundo Birch (1974), a inclusão escolar deve objetivar um processo de unificação entre os diversos aspectos que permeiam tanto a educação regular quanto a educação especial, de modo a oferecer, finalisticamente, uma ampla gama de serviços a todos os estudantes, não deixando de atender quaisquer de suas necessidades particulares de aprendizagem. Neste sentido, é preciso atentar-se ao fato que, estudantes portadores de NEE possuem limitações. Entretanto, a existência das mesmas não deve interferir em seus direitos de frequentar a escola regular e aprender. Assim, a escola é que deve adaptar-se para o correto e completo recebimento de estudantes com NEE, de modo a não haver segregação ou mesmo qualquer empecilho que possa comprometer os processos de aprendizagem destes alunos. Finalizando, deve-se ter em mente que o processo de inclusão de estudantes portadores de NEE deve ser pensado e realizado de modo mais amplo, objetivando-se não apenas a inserção do indivíduo com NEE na escola, mas sim na sociedade como um todo.

É mister pensar que o exemplo ora demonstrado da realidade de recepção de estudantes com NEE em um município no interior do Brasil é apenas um reflexo da realidade nacional, que se perpetua no tempo e no espaço.

5 Considerações Finais

Diante do exposto torna-se evidente que a completa inclusão de estudantes com NEE em espaços educativos mostra-se como um processo de alta complexidade e que, invariavelmente, depende da atuação e comprometimento de diversos agentes, não apenas no próprio espaço educativo, mas também nos demais espaços de interação social a que os estudantes com NEE encontram-se submetidos.

No que se refere especificamente à atuação da escola, há que se incentivar a execução de ações que, ao menos, fomentem a discussão acerca desta temática neste ambiente que, à princípio, deveria atuar como disseminador de ações inclusivas frente à sociedade. Para isso, a qualificação de servidores mostra-se imprescindível.

Finalmente, há que se considerar que, embora existam realidades díspares, oriundas da continentalidade brasileira e da diversidade de correntes de pensamento que tendem a orientar as ações na área de Educação, em aspectos como a ausência de ações práticas inclusivas nota-se a homogeneidade da situação de inércia. Neste sentido, apresentar claramente e discutir o problema configura-se como o primeiro passo para a alteração da realidade da inclusão de estudantes com NEE no Brasil.

Special educational needs: views in public schools of a brazilian northeast city

Abstract. The Law of Directions and Bases of National Education (LDB) establish that special education is a model of scholar education to be offer in the regular public schools. In this paper, we aimed to verify the occurrence of students with special educational needs (SEN) at Porto-PI. Besides, we aimed to evaluate the strategies of attention to these students in public schools and associate these strategies with the perception of scholar agents about your work in this teaching process, your qualification for this and the difficulties faced. The results have shown that public schools do not have infrastructure applied to the receiving of these students. The agents do not have specific strategies for teaching of students with SEN and do not have knowledge about the development of these strategies. Thus, it is possible to see in this example the national reality of neglect about the students with SEN at the public schools.

Keywords. Special education. Public Education. Porto-PI.

Necesidades educativas especiales: vistas en las escuelas públicas de una ciudad del nordeste brasileño

Resumen. La Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB) define la educación especial como una forma de educación que se ofrece en el sistema escolar ordinario. Este estudio tuvo como objetivo verificar la ocurrencia de los estudiantes con necesidades educativas especiales (NEE) en la ciudad de Porto-PI y evaluar estrategias de cuidados dispensados a ellos en la enseñanza de las escuelas públicas. Además, se ha tratado de asociar estas estrategias a la percepción que los agentes tienen acerca de su papel en este proceso educativo, la cualificación necesaria para eso, así como las dificultades que enfrentan en el ejercicio. Los resultados muestran que, en general, las escuelas carecen de aparejo o infraestructura totalmente adecuados para recibir este alumnado. Por otra parte, no parece, a partir de los agentes implicados, ocurrir la aplicación rutinaria de la enseñanza de estrategias específicas dirigidas a alumnos con NEE, ni la existencia de actividades comunes de formación que les permitan desarrollar habilidades para la aplicación de tales estrategias. Así, puede verse reflejado en este ejemplo la realidad nacional de impotencia al servicio de los estudiantes con NEE en las escuelas públicas.

Palabras-clave. Educación especial. Educación pública. Porto-PI.

REFERÊNCIAS

- BIRCH, J.W. **Mainstreaming: Educable Mentally Retarded Children in Regular Classes**. Virginia: The Council for Excepcional Children, 1974.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB 017/2001**. Estabelece as diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.
- ENUNO, S. R. F. Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 3, p. 335-354, 2005.
- FERNANDES, T. L. G.; VIANA, T. V. Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs): avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 20, n. 43, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Brasília, 2010.
- MANTOAN, M. T. E. Ser ou estar, eis a questão: uma tentativa de explicar o que significa o déficit intelectual. **Pro-Posições**, v. 5, n. 2, 1994.
- MANTOAN, M. T. E. O direito à diferença nas escolas - questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências. **Cadernos**, nº 23, 2004. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/a2.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- MARINS, S. C. F.; MATSUKURA, T. S. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de

alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, n. 1, p. 45-64, 2009.

MARTINS, S. E. S. O.; LEITE, L. P. As contribuições da Educação Especial para promoção da educação inclusiva nas normativas brasileiras. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 4, n. 2, p. 189 - 210, 2014.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: Histórias e políticas públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 3ª Edição, 2001.

PLETSCH, M. D. Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Póiesis Pedagógica**, v.12, n.1, p. 7-26, 2014.

VITALIANO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 13, n.3, p.399-414, 2007.

ZANZINI, F. **Educação Inclusiva e o Papel do Professor Especialista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências UNESP – Campus de Bauru). Bauru, 2007.

Recebido em outubro de 2016

Aprovado em novembro de 2016.